

Intelectuais, Partido Político e Práxis Revolucionária no Pensamento de Antonio Gramsci – um estudo a partir de *A questão meridional*

*Intellectuals, Political Party and Revolutionary Praxis in Antonio Gramsci's thought
– A Study from “The Southern Question”*

Leandro Cabral de Almeida

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Resumo: Gramsci produziu um conjunto volumoso de textos, publicados em jornais e revistas operários, acumulados até 1926. Se atentarmos para esse material verificaremos o foco sobre temas da atualidade política vivenciada por Gramsci, atravessada pelo combate ao fascismo, por sua perspectiva crítica em relação ao partido, por sua leitura própria do marxismo e da revolução em seu país. O enfoque sobre esses escritos pode nos ajudar a compreender a origem do seu pensamento, seu desenvolvimento em seus vínculos com as lutas políticas concretas, seus elementos constituintes, a perenidade de alguns temas por toda a sua obra. Como é o caso do papel dos intelectuais e do partido político. Possivelmente, esses temas constituem desde sua mais jovem perspectiva política as duas bases sobre as quais Gramsci desenvolve ao longo do escopo de seu pensamento a questão da hegemonia do proletariado. O objetivo do presente trabalho é analisar como esses temas são apresentados no célebre ensaio *A questão meridional*. Trata-se de colocar em destaque o tema dos intelectuais relacionando-o a noção de práxis e a concepção de partido político, considerando que suas formulações refletem também a necessidade de empreender uma acurada análise das lutas de classes que historicamente se desenvolviam na Itália.

Palavras-chave: Intelectuais; Partido; Práxis; Antonio Gramsci; Questão Meridional.

Abstract: Gramsci had written an extensive set of texts that were published in workers' newspapers and magazines until 1926. If we analyze Gramsci's texts content, we can glimpse focus on themes of current political issues experienced by him, permeated by the fight against fascism, for his critical perspective about political party, for his own understanding about Marxism on and his country's revolution. Focusing on these writings can help us to understand his thought's origin, his links to concrete political struggles development, its constituent elements, and some perennials themes throughout his work, such as the intellectuals' role and the political party. Possibly, these themes are, from his younger political perspective, both basis on which Gramsci develops over his thought's

scope the proletariat hegemony question. This study aims to analyze how these themes are presented in the famous essay, “The Southern Question” and highlight intellectuals’ theme by relating it to the praxis notion and the political party conception, considering that its formulations also reflect the need to undertake an accurate analysis of class struggles that were historically developing in Italy.

Keywords: Intellectuals; Political Party; Praxis; Antonio Gramsci; The Southern Question.

Gramsci foi um teórico político e um homem de ação. Suas preocupações intelectuais foram motivadas pela perspectiva de construção de um processo de lutas políticas revolucionárias em seu país. Em seu pensamento, a unidade entre teoria e prática, inerente à *práxis*, mostra-se mais do que na identidade entre pensamento e ação, ou, entre filosofia e política, mas na elaboração de categorias que fundamentam a compreensão das lutas políticas e a constituição de estratégias para tais lutas, materializando-se através de uma “racionalização da prática e de realização da teoria” na concepção e luta por hegemonia tomadas dialeticamente (FROSINI, 2017, p. 789-791; 2002, p. 35-44).

De seus escritos produzidos no período pré-carcerário evidenciamos a preocupação constante em fundar suas reflexões numa elaborada compreensão da realidade das lutas de classes. Os temas que são abarcados em suas reflexões, em especial, no ensaio *A questão meridional*, são expressivos de uma coerência que lhe acompanha até suas reflexões do cárcere, como em sua concepção de hegemonia, revelando, sobretudo, uma busca pelo desenvolvimento de uma construção teórica que rompesse com algumas amarras colocadas pelo dogmatismo do marxismo de sua época. Tal empreendimento é assentado em sua experiência histórica concreta, refletindo no destaque a temas suscitados pela singularidade presente nas condições que a realidade italiana apresentava à luta pela construção do socialismo. Dessa forma, ao abarcar a questão dos intelectuais e do partido político na constituição de uma *práxis* revolucionária, Gramsci incide diretamente sobre a realidade política em que atua, mas oferece uma contribuição mais geral no âmbito de uma teoria política marxista.

A importância da práxis desde Marx e Engels

Quando na década de 1840, Marx e Engels escreveram *A ideologia alemã* e pontuaram as reflexões que deram bases ao materialismo histórico, a Europa experimentava uma profunda transformação no mundo do trabalho, provocada pela intensificação do desenvolvimento industrial, pelas conseqüentes alterações nas relações sociais, pelos conflitos que descortinavam a organização das classes trabalhadoras em contraposição a burguesia instalada nos centros de poder. Não era mais possível aos intelectuais permanecer no mundo abstrato das ideias e não se posicionar ante as lutas políticas que se radicalizavam naquele momento e aos problemas sociais que tomavam proporções maiores. Marx, além de dirigir suas críticas ao idealismo, ao positivismo cientificista e ao materialismo vulgar, envolvia-se diretamente com as lutas operárias, chamando atenção ao seu protagonismo, e acenando com um novo posicionamento, a do intelectual que se move para compreender o mundo a fim de transformá-lo (SEMERARO, 2006, p.129-130).

Em *Princípios da filosofia do direito*, Hegel já havia colocado ênfase na relação entre filosofia e a realidade revolucionária, no entanto, foi Marx que chamou a atenção para o anacronismo entre a filosofia idealista alemã e a prática revolucionária de sua época. Em sua concepção, dificilmente seria possível a reprodução na Alemanha do que havia acontecido na França. Marx diria que “em política, os alemães pensaram o que as outras nações fizeram. A Alemanha foi a sua consciência teórica” (MARX, 2010, p. 151). Destacava, assim, o desencontro entre a realidade política alemã e o conteúdo de sua filosofia. A revolução que não superasse esse limite deixaria intacta a realidade, tornando-se “a revolução que deixa de pé os pilares do edifício”. Não basta, como pensava a esquerda hegeliana, atribuir centralidade a teoria na condução dos movimentos revolucionários. “Não basta que o pensamento procure se realizar; a realidade deve compelir a si mesma em direção ao pensamento”, pondera Marx (Ibid., p. 152), pois a filosofia por si só, enquanto crítica da realidade, não muda o real, o interpreta, o contempla, mas não o transforma – como bem explicitado em suas *Teses sobre Feuerbach*.

Para que a transformação revolucionária da realidade ocorra é necessário mais do que a filosofia, é preciso que a filosofia se realize em ação, em prática, o que apenas acontece através da mediação proposta pela práxis. Apenas quando a filosofia abandona seu caráter puramente teórico e se torna prática é capaz de se converter em força transformadora da realidade. “A arma da crítica não pode, é claro, substituir a crítica da arma, o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria também se torna força material quando se apodera das massas”, salienta Marx (idem, p.151). A práxis

se realiza quando a crítica adentra a consciência dos homens e se torna efetivamente uma força. Portanto, são os homens e mulheres reais que devem mediar esse processo e isso exige a compreensão crítica da realidade e a conversão da crítica em ação, em *práxis revolucionária*. Essa crítica deve ser radical no sentido de buscar no homem o objeto central de sua análise, correspondendo às necessidades radicais do homem, a crítica deve partir dele e para ele enquanto elo mediador entre a filosofia e a realidade. Esse homem que através da práxis converte filosofia em ação é o proletariado, a classe universalmente explorada cuja libertação está condicionada a libertação de toda a humanidade. O que pressupõe, contudo, que o proletariado desenvolva a consciência de sua capacidade de agência, de seu protagonismo histórico. O filósofo Sánchez Vásquez destaca que é preciso que

O proletariado adquira consciência de sua atuação, de suas necessidades radicais e da necessidade e condições de sua libertação. Essa consciência é justamente a filosofia; mais exatamente, sua filosofia. (...) Sem o proletariado, a filosofia não sai de si mesma e graças a ele, realiza-se; ele é seu instrumento, o meio, a arma material que lhe permite vingar na realidade. O proletariado, por sua vez, não poderia emancipar-se sem a filosofia; ela é o instrumento, arma espiritual e teórica de sua libertação (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2011, p. 120-121).

Desde o *Manifesto do Partido Comunista* Marx se empenhara na elaboração de uma teoria da revolução baseada no conhecimento da realidade social que se quer transformar, fundamentando a necessidade da mudança revolucionária e a missão histórica do proletariado. Nesse sentido, o panfleto revolucionário de 1848 nos apresenta uma teoria da revolução, com base em sua concepção materialista da história, e ao mesmo tempo, uma teoria da organização da revolução, do trânsito da teoria a prática (Ibid., p. 161-162).

Os elementos de uma concepção materialista da história já estavam sendo expostos por Marx desde 1845. O texto do *Manifesto* apresenta uma análise da sociedade burguesa, do desenvolvimento do capitalismo e suas contradições por esse método de compreensão histórica. Da mesma forma, os percursos da revolução de 1848 foram analisados por Marx através dessa perspectiva em *A luta de classes na França (1850)* e *O 18 brumário de Luis Bonaparte (1852)* (FONTES, 1997). Trata-se de compreender a história, sobretudo como “a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é (...) a organização corporal destes indivíduos e (...) sua relação dada com o resto da natureza” (MARX, 1986, p. 27). Por conseguinte, as relações do homem com a natureza, com outros indivíduos e consigo mesmo, e as ideias e representações que produz sobre si e sobre o seu mundo partem da forma como os homens produzem essa materialidade tão intrínseca à vida humana. Para Marx, o que os homens são “coincide, portanto com sua produção, tanto o que produzem, como com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto,

depende, das condições materiais de sua produção” (ibidem, p. 28). A base material da existência humana condiciona, assim, a existência de elementos imateriais como as ideias e representações dos indivíduos, suas relações sociais, culturais, ou políticas. Nas palavras do próprio Marx:

A estrutura social e o Estado nascem constantemente do processo de vida de indivíduos determinados, mas destes indivíduos não como podem aparecer na imaginação própria ou alheia, mas tal e como realmente são, isto é, tal e como atuam e produzem materialmente e, portanto, tal e como desenvolvem suas atividades sob determinados limites, pressupostos e condições materiais, independentes de sua vontade.

A produção de ideias, representações, da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real (ibid., p. 36).

Num prefácio à obra *Para a crítica da economia política*, de 1859, esta tese é apresentada de modo mais detalhado, discutindo acerca das relações entre a estrutura econômica da sociedade, a base real, material, concreta, e a superestrutura, que é jurídica, política, cultural, ideológica. De acordo com Sell (2009), nesta passagem encontramos uma tese fundamental de Marx e a base de seu método. O *materialismo histórico* é o pilar que fundamenta as obras posteriores de Marx, trabalhos que apresentam seu esforço em estabelecer um aprofundamento teórico e a aplicabilidade dessas proposições (GIDDENS, 2005, p.48).

Marx analisa a estrutura material da sociedade considerando sua dinâmica, a partir das ações dos indivíduos nas relações e lutas travadas na realidade concreta. Nessa perspectiva, o cenário social está aberto e atravessado por contradições, aspecto que não é tratado apenas como uma característica da estrutura do modo de produção capitalista, mas como o próprio “motor do movimento histórico”. O tema central do *Manifesto* é a luta de classes. No início do texto Marx diz que “a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes” (MARX, 2010a, p. 40). Referia-se à divisão da sociedade em classes ou grupos sociais que ocupam lugares antagônicos na estrutura produtiva, que possuem interesses divergentes no processo de produção dos bens materiais e, por isso, vivem em relação de luta, de conflito constante, pois para um grupo, a burguesia, interessa a manutenção dos papéis desempenhados por cada grupo social – ou classe – na produção. Interessa à burguesia o controle sobre a propriedade dos meios de produção, a posse da mais-valia, a busca pelo lucro, a exploração sobre o trabalho assalariado. Ao proletariado interessa o rompimento com tais cadeias, a emancipação do trabalhador, o fim da estrutura econômica e política que possibilita e se fundamenta na exploração de uns indivíduos sobre outros (REIS, 2004, p. 53). As relações entre as classes

só podem ser conflituvas, pois a existência de classes está assentada na exploração e na opressão, que é social, política, cultural, ideológica.

A noção de luta de classes, portanto, está intimamente relacionada à de mudança social, pois através de tais conflitos, antagonismos, lutas, as transformações estruturais da sociedade ganham impulso, daí Marx considerá-la como o “motor da história”, sobre a qual o proletariado constitui o mais potente agente da mudança (OLIVEIRA; QUINTANEIRO, 1999, p. 81). E como em sua perspectiva, o Estado figura como um instrumento de dominação de uma classe social sobre a outra, “um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (ibidem, p. 42), a luta do proletariado deve se dirigir ao Estado.

Para Ianni, “a teoria da luta de classes seria uma simples abstração, se as relações e os antagonismos de classes não implicassem no Estado capitalista como expressão e condição dessas mesmas relações e antagonismos” (IANNI, 1982, p. 30). Apesar de ser acusado de não ter se dedicado a elaborar uma obra sistemática sobre o Estado (CHÂTELET, 2000, p. 196; SELL, idem, p. 71), o que é um equívoco, pois suas análises acerca do Estado burguês podem ser deduzidas de muitos de seus escritos ¹ e não de um específico trabalho, a concepção de Estado de Marx “vai se explicitando ou desenvolvendo na medida em que estuda as imbricações ou os desdobramentos sociais, políticos e econômicos das forças produtivas e das relações de produção” (IANNI, ibidem).

Antes mesmo do *Manifesto*, Marx já havia desenvolvido a ideia de que a forma do Estado moderno, burguês, corresponde ao modo de produção capitalista e ao domínio da classe burguesa (MARX, 1986, p. 97-98), assim como já havia elaborado a noção de que o Estado não explica a sociedade civil, mas é, antes, a sociedade civil, a sociedade dividida em classes sociais antagônicas que deve ser o elemento explicativo do Estado (MARX, 1982, p.82). Os parâmetros metodológicos empregados por Marx em suas análises histórico-políticas estão assentados na teoria das lutas de classes. Os fatos políticos são interpretados a partir da classe social que detém o poder e substituindo a representação dualista (burguesia e proletariado) por uma representação mais complexa, distingue os grupos sociais que vivenciam os conflitos, estabelecendo uma correspondência entre os acontecimentos e conflitos políticos e as lutas das classes sociais. Fica evidente, por essa perspectiva, que é necessário “derivar os fatos políticos de efeitos advindos de causas em última instância econômicos [...] derivar os conflitos políticos de embates de interesses das

¹ Seguindo as orientações de Sell (2009) as ideias políticas de Marx encontram-se dispersas em obras de sua produção juvenil, como a *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, *A questão judaica*, *A sagrada família*, *A ideologia Alemã*, mas também estão presentes em suas obras da maturidade, como *As lutas de classe na França*, *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, *A guerra civil na França*.

classes sociais e frações de classes resultantes do desenvolvimento econômico” (ENGELS, 2012, p. 9-10).

Assim, as revoluções de 1848 colocaram em questão as expectativas de que a Europa vivia um processo de mudanças revolucionárias. O horizonte político descortinado, contudo, apontava para transformações sociais e políticas incontornáveis. Como a necessidade de se pensar nas singularidades de classe dos estratos médios da sociedade, do significado das mudanças liberais para o jogo político, o lugar da democracia na teoria e prática revolucionárias, as relações e possibilidades de alianças entre as classes subalternas a partir dessa identidade comum. As revoluções de 1848 colocaram em evidência, sobretudo, que as lutas políticas do proletariado deveria se firmar num trabalho de desenvolvimento de uma consciência de classe revolucionária.

A questão meridional como análise das lutas de classes

Marx constitui a referência fundamental para as análises da sociedade burguesa a partir de suas bases materiais e das relações daí provenientes. Contudo, a compreensão da estrutura e dinâmica das classes e a capacidade de avaliar a arena política numa determinada sociedade foram de grande valia também para Lênin. Sua concepção de classes, considerada a mais abrangente, no entanto, foi alvo de um processo de vulgarização e mutilação que a encerrou nos círculos estreitos de um determinismo econômico. Essa simplificação do pensamento de Lênin, e também de Marx e Engels, expressa no *marxismo-leninismo*, foi produzida pelo regime de Stálin, que converteu uma interpretação dinâmica das classes sociais e suas lutas numa leitura reducionista do processo histórico.

Ao longo do século XX, destacados pensadores se empenharam em combater as interpretações vulgares do marxismo que se desdobravam no economicismo e no determinismo. Gramsci se colocou ante esse reducionismo stalinista, elencando como um ponto de contato de seus trabalhos a fundamentação na tradição crítica do materialismo histórico. Podemos afirmar essas reflexões estão, desde Marx e Engels, Lênin e Gramsci, assentadas numa “análise das lutas de classes”². Essa convergência metodológica baseada na análise histórica da sociedade descortina a possibilidade de interpretar os fenômenos sociais a partir de uma relação entre o poder das estruturas sociais e as dimensões criativas dos indivíduos e grupos nos seus contextos históricos e sociais singulares.

² Numa alusão ao que Harvey Kaye (1989) destaca nos trabalhos dos historiadores marxistas britânicos.

A atualidade dessa perspectiva reside na possibilidade de entender a cultura, os processos formativos que envolvem as classes sociais, entre outros elementos superestruturais, como sínteses sociais, resultado de lutas, negociações e acomodações operadas pelos sujeitos historicamente situados em contextos que envolvem determinações econômicas e sociais, bem como processos de resistência cotidiana, de resignificação e criação cultural e política.

Assim, Gramsci enfatiza o protagonismo do sujeito na história e seus estudos compõem uma reação aos determinismos teóricos que minimizavam o papel do sujeito e da política em favor das forças estruturais da dimensão econômica. Na análise de Vieira e Oliveira (2010), os esforços de Gramsci no desenvolvimento de sua concepção de hegemonia exemplificam o “encontro de horizontes teóricos que não desconsidera o plano estrutural na análise da sociedade, mas o concebe a partir da relação de mútua determinação entre política e economia, História e natureza, indivíduo e sociedade” (VIEIRA & OLIVEIRA, 2010, p.522).

Nos *Cadernos do cárcere*, Gramsci se opõe a essa associação entre marxismo e economicismo. Em sua perspectiva, tratava-se mais de um equívoco, na medida em que a crítica conservadora atacava uma espécie de “economicismo histórico” quando achavam que lidavam com o materialismo histórico. Tomavam como objeto de crítica as interpretações vulgares do marxismo, contra as quais Gramsci era também opositor. Seus embates contra o economicismo no campo de estudos marxistas desdobraram-se numa fecunda produção intelectual responsável pela abertura a uma inovação teórica ainda em processo. Gramsci rompe com a perspectiva do economicismo e com a metáfora da *base e superestrutura*, e enfocando, sobretudo aspectos da superestrutura, defende a direção das ações práticas a este campo, o campo ideológico, a fim de que seja possível o desenvolvimento de uma consciência de classe enquanto força propulsora da construção de uma nova hegemonia.

Em janeiro de 1930, a revista do PCI, *Lo Stato Operaio*, publicava o ensaio *Alguns temas da questão meridional*, de Gramsci. Trata-se de um trabalho que marca um momento decisivo no desenvolvimento do pensamento político do jovem dirigente italiano. Escrito em 1926, o ensaio acompanha as reflexões contidas numa carta dirigida ao Comitê Central do Partido Comunista Russo também no ano de sua prisão. Se posicionando quanto à crise interna que assolava o partido após a morte de Lênin, a carta revelava os conflitos de Gramsci com o PCI, deixando marcados os traços que compõem a heterodoxia de seu pensamento e o distanciando do posicionamento da direção staliniana acerca do

movimento comunista internacional. Num momento em que se discutia as alternativas de “socialismo num só país” ou “revolução permanente”, debate ao qual o PCI se posiciona a favor da primeira opção (o que foi questionado por Gramsci), a questão que mais aturdiu o pensador sardo era a possibilidade de que tal debate levasse a perda da unidade do grupo dirigente do partido. Tal unidade era vista como a garantia da aliança operário-camponesa, ou seja, “as bases sociais do poder soviético e da conexão entre a revolução na Rússia e a revolução mundial”. A exposição de Gramsci se apresentava como uma convocação de fidelidade a Lênin, para o qual sempre tivera extrema importância a aliança entre operários e camponeses (VACCA, 2012, p. 71-74).

Nesse quadro, o ponto de partida da redação de “*A questão meridional*” foi a publicação de uma resenha na revista “*Il Quarto Stato*”, em 18 de setembro de 1926, que apresentava uma análise positiva do livro “*La rivoluzione meridionale*”, de Guido Dorso, escrito em 1925, se colocando contra a política meridionalista do PCI, especialmente no que tangia a proposta dos comunistas turinenses de divisão do latifúndio entre os proletários rurais, o que era chamado por esses críticos como a “fórmula mágica” dos comunistas turinenses – numa ironia, na medida em que consideravam uma proposta impossível de ser realizada. Para Gramsci, não se tratava de uma “fórmula mágica”, o que em sua percepção era mais uma construção interpretativa desses críticos do que uma proposta real dos comunistas de Turim. O que estava em questão era o debate acerca da aliança entre os operários do norte e os camponeses do sul, como possibilidade de afastar a burguesia do poder do Estado, numa perspectiva analítica que deixava explícita a inspiração em Lênin. De acordo com Gramsci, a questão da terra deveria estar “inserida numa ação revolucionária geral das duas classes, sob a direção do proletariado industrial” (GRAMSCI, 2004, p. 408). Em sua concepção, o que os comunistas de Turim fizeram foi possibilitar que a vanguarda operária se ocupasse da questão meridional, “apontando como um dos problemas essenciais da política nacional do proletariado revolucionário”. Possibilitaram que a questão meridional se tornasse melhor definida. “O operário revolucionário de Turim e de Milão (...) tornava-se assim o protagonista da questão meridional”, formulando concretamente a questão da hegemonia do proletariado, ou seja, da base social da ditadura proletária e do Estado operário (Ibidem).

Em suas reflexões dedica especial atenção às relações de força entre os grupos sociais, destacando a situação de construção de hegemonia de um grupo social sobre grupos dominados, transpondo a questão da consciência de classe para o âmbito da luta política. Assim, empreende análises ancoradas no estudo histórico da sociedade italiana,

compreendendo as estruturas de classes, os conflitos, as alianças, os impasses, as relações que envolvem os grupos sociais num contexto em que a burguesia financeira e industrial exercia a direção da sociedade, assim como do Estado, a partir de um compromisso entre a burguesia industrial do Norte e a burguesia agrária do Sul. Mobilizando um texto do *L'Ordine Nuovo*, de 1920, e de sua autoria, Gramsci assim situa o posicionamento dos comunistas de Turim quanto a questão agrária italiana:

O proletariado setentrional, emancipando a si mesmo da exploração capitalista, emancipará as massas camponesas meridionais, subjugadas aos bancos e ao industrialismo parasitário do Norte. A regeneração econômica e política dos camponeses não deve ser buscada numa divisão das terras incultas e mal cultivadas, mas na solidariedade do proletariado industrial, que, por sua vez, necessita de solidariedade dos camponeses, já que o proletariado tem interesse em que o capitalismo não renasça economicamente a partir da propriedade rural e em que a Itália meridional e as ilhas não se tornem uma base militar da contra-revolução capitalista (GRAMSCI, 2004, p. 406).

Portanto, o que é significativo dessa exposição é a análise mais complexa do cenário das lutas de classes, destoando do que as críticas que lhe digiram demonstravam compreender. Gramsci observa as implicações econômicas e políticas da aliança entre operários e camponeses na Itália. Não trata o problema da distribuição de terras de maneira simplista, mas antes a coloca num conjunto de preocupações como o acesso a maquinário e suporte técnico, habitação, créditos, organização de cooperativas. Medidas que lhe garantam obter ganhos de produtividade de forma cumprir sua função econômica de associação do campo à cidade, mas também política criando mecanismos que garanta as bases dessa aliança em prol do objetivo comum, a transformação socialista da Itália. Em sua concepção, a questão da terra deve estar “inserida numa ação revolucionária geral das duas classes, sob a direção do proletariado industrial” (Ibidem, p. 408). A “questão meridional” deveria se tornar um dos problemas fundamentais da política do proletariado revolucionário, admitindo importância tal que expressava os contornos de uma formulação acerca da hegemonia do proletariado, ou da “base social da ditadura do proletariado e do estado operário”. Vejamos:

O proletariado pode se tornar classe dirigente e dominante na medida em que consegue criar um sistema de alianças de classe que lhe permita mobilizar contra o capitalismo e o Estado burguês a maioria da classe trabalhadora. Na Itália, nas reais relações de classe existentes na Itália, isso significa: na medida em que consegue obter o consenso das amplas massas camponesas (Ibidem).

Desde os escritos de Marx, especialmente suas cartas escritas nos últimos anos de vida, além dos trabalhos de Lênin, tomava maior importância no campo das análises marxistas a consideração sobre o papel do campesinato. Marx admitira uma posição simplista em relação aos camponeses, inicialmente, ressaltando seu caráter conservador ou identificando-a como uma classe em extinção. Essas análises são associadas à equivocada interpretação de que Marx teria propugnado que a revolução admitiria um desenvolvimento a partir de um modelo único, rígido. Análise que ignora os escritos tardios do filósofo alemão. Posteriormente, Marx defenderia que o desenvolvimento do capitalismo seguiria as particularidades de cada país, argumentando inclusive que a Rússia poderia “constituir-se no sinal para a revolução proletária no Ocidente, de modo que uma complemente a outra, a atual propriedade comum da terra na Rússia poderia servir de ponto de partida para uma evolução comunista” (MARX, 1982b, p. 73). Entretanto, boa parte desse debate foi alijado porque as cartas de Marx com os *Narodniks* eram desconhecidas até meados da década de 1920. Netto (1982) destaca que Plekhanov e os socialdemocratas russos “esqueceram” dessas cartas ou ignoraram a importância contida nesses escritos, mas de todo modo é importante destacar que essas formulações contrariavam suas formulações, que defendiam a necessidade do desenvolvimento do capitalismo na Rússia, e enfraqueciam-nos nesse debate com os populistas russos. Não se sabe se Lênin teve acesso a essas cartas, no entanto é expressivo como considera o papel dos camponeses no desenvolvimento do processo revolucionário, pois compreende que já era possível enquadrar as condições socioeconômicas da Rússia como capitalistas, na medida em que avalia o modo como esse capitalismo se desenvolvia no campo, gerando um processo de diferenciação de classe, mas especialmente, por se propor pensar o processo revolucionário respeitando as particularidades do seu país, analisando as condições colocadas pela realidade concreta daquela sociedade. Desta análise é possível ressaltar uma flexão de Marx quanto à possibilidade de considerar a potencialidade de desenvolvimento de instituições comunistas desde a comuna rural russa.

Esse processo de pensar as lutas políticas do proletariado a partir da “análise das lutas de classes” é também empreendido por Gramsci, que compreende que a população do sul, em especial, os camponeses, estavam enredados numa relação de subordinação, como uma dominação colonial interna, mas que figurava como uma dominação sustentada não apenas numa relação de forças econômicas ou políticas, mas sobretudo na função dos intelectuais que dão substância as relações entre as classes na sociedade civil (VACCA, 2016, p. 77-79). Na perspectiva de Gramsci

O sul pode ser definido como uma grande desagregação social; os camponeses, que constituem a grande maioria da população meridional, não tem nenhuma coesão entre si. (...) A sociedade meridional é um grande bloco agrário constituído por três estratos sociais: a grande massa camponesa amorfa e desagregada; os intelectuais da pequena e media burguesia rural, e os grandes proprietários agrários e os grandes intelectuais. Os camponeses meridionais estão em perpétua fermentação; mas, enquanto massa, são incapazes de dar uma expressão centralizada às suas aspirações e necessidades. O estrato médio dos intelectuais recebe da base camponesa os impulsos para sua atividade política e ideológica. Os grandes proprietários, no campo político, e os grandes intelectuais, no campo ideológico, centralizam e dominam, em ultima instância, todo este conjunto de manifestações. Como é natural, é no campo ideológico que a centralização se verifica com maior eficácia e precisão (Ibidem, p. 423).

Nesse ensaio, Gramsci analisa o papel ideológico dos intelectuais, tema que será desenvolvido nos *Cadernos*. Em sua perspectiva, os intelectuais possuem uma função no processo de desenvolvimento de uma consciência de classe, como na produção da ideologia dominante, o que reflete diretamente no processo de luta de classes. Atento a questão da orientação política e ideológica do proletariado, Gramsci identifica uma clara influência da ideologia burguesa, via escola, jornal, igreja, alcançando os trabalhadores a partir da difusão da burguesia do Norte. O Sul é concebido como “a bola de chumbo que impede o progresso” e o desenvolvimento da Itália. Nosso autor ataca o Partido Socialista Italiano por ter veiculado essa ideologia burguesa no proletariado nortista. Nesse quadro, considera esse aspecto ideológico de fundamental importância na distância entre o proletariado e os camponeses, e na separação dos intelectuais radicais do sul das massas camponesas. O posicionamento da burguesia do norte propicia tamanho afastamento em relação aos camponeses, mantendo-os em estágio de desorganização. Fica claro que para Gramsci o problema da hegemonia torna necessário ao proletariado a conquista da maioria da população trabalhadora, em especial, os camponeses.

Embora estivessem vivendo uma perpétua fermentação, os camponeses meridionais são “incapazes de dar uma expressão centralizada às suas aspirações e necessidades”, destaca Gramsci. Há uma centralização e dominação, no campo político e ideológico, de um conjunto de manifestações, por parte dos grandes proprietários e dos grandes intelectuais. Gramsci destaca que é no campo ideológico que a centralização mostra maior eficácia (Ibidem, p. 423). E na Itália algumas particularidades deveriam ser notadas, como no que tange a compreensão do desenvolvimento do capitalismo, especialmente da industrialização, como capaz de produzir mudanças entre os intelectuais, criando condições para o desenvolvimento de um “novo tipo de intelectual”.

O predomínio da agricultura ou da indústria na estrutura econômica de uma sociedade reflete no tipo de intelectual que se destaca no quadro das lutas de classes que se

travam. Tradicionalmente os intelectuais eram “elementos organizadores” de uma sociedade basicamente camponesa e artesã. Em países onde predominam as atividades agrárias esses intelectuais fornecem a maioria dos quadros da administração burocrática estatal, intermediando as relações entre os camponeses e administração do Estado. Eram democráticos com os camponeses, mas reacionários e corruptos quando se relacionavam com os grandes proprietários e com o governo. O intelectual meridional teria também herdado uma aversão ao trabalho camponês e um medo das violências dessas massas, desenvolvendo o hábito de tentar enganar e domesticar os camponeses (Ibidem, p. 424-425).

A industrialização impulsionara a proeminência de um tipo de intelectual, o técnico, o especialista, que se destaca pela “ordem” e “disciplina”. E na medida em que desenvolvia um novo tipo de intelectual, as especificidades do desenvolvimento econômico teria contribuído também para a diferenciação entre as características do clero meridional e do clero setentrional. E isso para Gramsci é relevante para a compreensão da forma como se relacionam as massas camponesas com os intelectuais. Em sua análise, o clero setentrional é proveniente de camponeses e artesãos e mantém uma vida modesta, pois no norte a separação entre a Igreja e o Estado foi mais radical, assim como a expropriação dos bens da Igreja, contribuindo para que o clérigo setentrional fosse considerado como moralmente mais correto. No sul, o padre se apresentaria ao camponês como o administrador de terras, como um usurário facilmente vertido pelas paixões comuns, mundanas. Relativamente, o clero setentrional desempenharia uma “função espiritual” mais completa socialmente, compondo uma confissão que desempenha uma função dirigente mais dinâmica sobre os camponeses. No entanto, como os camponeses não se articulam e se mobilizam politicamente de maneira organizada, autônoma e independente acabam por se enquadrar nos aparelhos estatais, através de composições de partidos locais formados por intelectuais (grandes intelectuais) e controlados pelos grandes proprietários. Trata-se da constituição de um “monstruoso bloco agrário” que atende aos interesses do capitalismo setentrional e dos grandes bancos através da conservação do *status quo*. Assim, caberia aos intelectuais desempenhar o papel de uma “opinião pública”, ou de constituição de um “consenso” capaz de limitar ações dos grandes proprietários, mas também “moderar” o potencial insurrecional dos camponeses (Idem, p.428).

Acima do bloco agrário, funciona no sul um bloco intelectual que, até agora, serviu praticamente para impedir que as fissuras do bloco agrário se tornassem demasiado perigosas e provocassem uma ruptura. Exponentes desse bloco intelectual são Giustino Fortunato e Benedetto Croce, os quais, por isso, podem

ser considerados os reacionários mais atuantes da península. Dissemos que a Itália meridional é uma grande desagregação social. Esta fórmula pode servir não só para os camponeses, mas também para os intelectuais. É significativo o fato de que, no Sul, ao lado de imensas propriedades, tenham existido e ainda existam grandes acumulações culturais e de inteligência em indivíduos ou em restritos grupos de grandes intelectuais, ao passo que não existe uma organização da cultura média (Ibidem, p. 430).

Segundo Gramsci, intelectuais meridionais, como Benedetto Croce, impediram que os problemas meridionais não ultrapassassem certos limites, especialmente ao separar os intelectuais radicais do sul das massas camponesas, levando-os para participar da cultura nacional e europeia, fazendo com que fossem absorvidos pela burguesia nacional. Os comunistas de Turim demonstravam, com uma forma específica de compreender a questão meridional, que concretizavam uma ruptura com essa tradição, pois “puseram o proletariado urbano como protagonista da história italiana e, por conseguinte, da questão meridional”. Serviram como intermediários entre o proletariado e alguns estratos de intelectuais de esquerda, o que mudou a orientação desses intelectuais (ibidem, p. 423). Assim como em seu diagnóstico sobre as classes subalternas, também os camponeses padeceriam da impossibilidade de produzir os próprios intelectuais orgânicos (BARATTA, 2011, p. 156-157). As classes subalternas estariam desagregadas, desorganizadas, por conta de iniciativas das classes dominantes que agiriam no sentido contrário a qualquer mobilização dos trabalhadores, tanto para reprimi-las em seu potencial transformador quanto para capturá-las em relações de subordinação cultural, ideológica, através de uma adesão e conformação a elementos da cultura da classe dominante – essa é a forma como Gramsci apresenta a questão posteriormente nos *Cadernos* (GRAMSCI, 2002, p. 135). Daí a sua preocupação com a atividade intelectual, tomada em suas reflexões como um elemento fundamental na organização das classes subalternas para um movimento de lutas pela emancipação dos trabalhadores e pela construção de uma vontade coletiva. Entretanto, o contraponto é a possibilidade do trabalho intelectual ser dirigido à educação e conformação das massas para um consenso favorável às classes dirigentes, e para a fragmentação das classes subalternas (SIMIONATTO, 2009).

A investigação sobre o modo pelo qual o problema da hegemonia do proletariado se coloca na Itália incide na percepção da relevante presença das classes médias urbanas e rurais, colocando em destaque o papel determinante da pequena burguesia intelectual, capaz de orientar as massas camponesas e afastá-las de uma aliança com o proletariado industrial do Norte. O que tem um efeito político muito contundente sobre as lutas do proletariado pelo propósito de conquista hegemônica. Não existe avanço político

substancial rumo à hegemonia do proletariado sem a aliança operário-camponesa contra o capitalismo e o Estado burguês na Itália (GRAMSCI, 2004d).

A “auto consciência crítica”, ou a consciência de classe do proletariado, segundo Gramsci, demanda a criação de um corpo de intelectuais, pois “uma massa humana não se distingue e não se torna independente “para si” sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes” (GRAMSCI, 2007, p. 104). É necessário que o aspecto teórico da unidade teoria-prática se concretize em pessoas especializadas nas formulações conceituais e filosóficas, o que envolve um longo processo constitutivo marcado por contradições, avanços e recuos, que numa “dialética intelectuais-massa” torna a composição ideológica um processo marcado pelas disputas de forças.

O interesse de Gramsci nos intelectuais se baseia na compreensão deles como massa, cuja aproximação com o proletariado é considerada fundamental para a aliança operário-camponesa.

A aliança entre proletários e massas camponesas exige esta formação; e tanto mais a exige a aliança entre o proletariado e as massas camponesas do Sul. O proletariado destruirá o bloco agrário meridional na medida em que conseguir, através de seu Partido, organizar em formações autônomas e independentes massas cada vez mais notáveis de camponeses pobres; maior o êxito ou menor nesta sua inescapável tarefa será também determinado, ainda que subordinadamente, por sua capacidade de desagregar o bloco intelectual que é a armadura (...) do bloco agrário (ibidem, p. 434-435).

Nesse quadro, o teórico e dirigente revolucionário sardo concebe o partido político como um organismo social que deve contribuir para a superação na classe operária de uma consciência sindicalista, corporativista, fornecendo elementos teóricos e organizativos para a elevação da consciência dos trabalhadores ao nível de uma compreensão da totalidade das relações e conflitos políticos de sua classe com as demais classes sociais. Gramsci acena com a necessidade de transpor o momento econômico-corporativo das lutas da classe operária para o momento “ético-político”, no qual, o proletariado se torna a classe dirigente capaz de sintetizar e dar corpo a uma vontade coletiva transformadora.

Entretanto, em Gramsci, essa *vontade coletiva* deve se converter em “práxis transformadora”, numa “práxis revolucionária” que se fundamenta na capacidade do partido político estabelecer uma mediação político-intelectual que agregue o conjunto das classes subalternas, sob uma direção consciente que possibilite a superação da espontaneidade dos movimentos de massa. Trata-se de fundar um movimento de lutas conscientes, teoricamente orientadas, que, baseadas no conhecimento da realidade

concreta, construa uma renovação política, econômica, social e, sobretudo cultural, como pilar de uma hegemonia do proletariado, antes mesmo que se efetive a tomada do poder. Gramsci delimita uma compreensão das singularidades da conquista da hegemonia nas sociedades capitalistas ocidentais, nas quais deve se lutar por uma “reforma intelectual e moral”, papel a ser desempenhado dialeticamente pelo partido e por seus intelectuais enquanto agentes de uma capacidade dirigente e organizativa. De suas proposições evidencia-se que, tanto a noção de partido é tomada por sua função intelectual, quanto a de intelectual é definida por sua função de partido (GRAMSCI, 2007).

A relação de classe entre proletariado, intelectuais e as demais “classes subalternas” é fundamental para se determinar os traços de uma condição histórica, sem a qual é impossível que o proletariado revolucionário estabeleça uma práxis capaz de protagonizar as reivindicações de outros estratos sociais, unindo-os em luta contra o capitalismo (GRUPPI, 1978, p. 59). Coutinho ressalta que Gramsci, em *A questão meridional*, captou um novo traço da questão da hegemonia e da aliança operário-camponesa ao colocar em relevo um bloco-histórico não consolidado apenas pela convergência de interesses econômicos ou políticos. Existe uma base cultural, ideológica, nesse processo, daí seu empenho iniciado desde os escritos pré-carcerários em desenvolver suas reflexões sobre a cultura e os intelectuais, estabelecendo uma formulação radicalmente nova no marxismo (COUTINHO, 1989, p.42). Giuseppe Cospito (2017, p.365-368) argumenta que não há nesse aspecto uma superação realizada por Gramsci quanto ao horizonte do marxismo, mas, pelo contrário, considera que há um retorno em direção às fontes originais do marxismo, perpassando de Lênin à Marx pelo desenvolvimento do conceito de hegemonia, pelas formulações sobre a aliança operário-camponesa, sobre consciência de classe, tendo como horizonte político o desenvolvimento de uma práxis revolucionária coerente com as condições históricas que se apresentam no cenário das lutas de classes.

Considerações finais

A práxis revolucionária de Gramsci o possibilita captar o sentido das incoerências que envolviam as formulações propaladas pelo movimento comunista internacional e a realidade italiana. A compreensão das singularidades do capitalismo italiano, da formação do Estado moderno no *Risorgimento*, das contradições estruturantes da questão meridional e da afirmação do fascismo impelem-no à refletir sobre as condições que o partido deve criar para a unificação das classes trabalhadoras e para imprimir nessas massas a direção política

e intelectual numa aliança de classes contra um regime que atacava as organizações dos trabalhadores e a democracia. Nesse aspecto, a questão da hegemonia se expressa na luta pela conquista do consenso, da capacidade do proletariado de se colocar como protagonista também dos anseios das demais classes trabalhadores e de organizá-los na construção de uma vontade coletiva, numa aliança contra o capitalismo. Nas circunstâncias italianas, ressaltadas por Gramsci, apenas pelo estabelecimento da aliança operário-camponesa e pelo reconhecimento e assunção da questão meridional como uma questão política nacional o proletariado obterá condições para se opor e desmontar o bloco de poder, o *bloco histórico* constituído pelos latifundiários do sul e a burguesia industrial do norte.

Na perspectiva estratégica de Gramsci, a burguesia do norte afirma seu poder na manutenção das estruturas do atraso na porção sul do país, de onde soluciona sua necessidade de uma massa de trabalhadores pobres, expropriados e proletarizados, como oferta de força de trabalho a ser explorada nas fábricas e nas cidades. Essa estrutura social do poder burguês garante o movimento de um processo de acumulação baseado na subordinação do sul agrário pelo norte industrializado, na constituição de uma hegemonia burguesa sobre o proletariado e os camponeses ancorando um bloco industrial agrário. Apenas com a aliança operário-camponesa é possível dismantelar esse bloco e conquistar uma nova hegemonia, a proletária.

Contudo, não se trata de pensar que a subordinação da população meridional, majoritariamente camponesa, se sustenta apenas em relações de forças econômicas e políticas. Gramsci empreende uma análise da estrutura social italiana salientando o conjunto das relações entre os grupos sociais e destaca o papel ideológico exercido pelas classes médias. Numa sociedade de capitalismo periférico, as classes médias rurais e urbanas, especialmente a pequena burguesia intelectual, teriam a responsabilidade por intermediar as relações das massas camponesas com as classes dominantes e com o Estado. Para Gramsci, as classes dominantes e os grandes intelectuais na Itália centralizam o campo ideológico de tal maneira que produzem o afastamento entre os “intelectuais intermediários” e as massas camponesas, isolando-os e minando sua capacidade organizativa contra a exploração econômica e a opressão política. Esses elementos da sociedade italiana, os “intelectuais como massa”, dariam substância entre as classes sociais na sociedade civil, e no quadro em foco, seriam responsáveis pelos obstáculos postos à aliança operária-camponesa. Na confluência entre a teoria da hegemonia e a teoria dos intelectuais, Gramsci observa que a coesão do poder político reflete a conformação de um

“senso comum” arranjado pelas elites intelectuais. Daí a importância da capacidade do proletariado de exercer sua função dirigente sobre os intelectuais, condição indispensável ao exercício da hegemonia.

Impõe-se ao partido político do proletariado o papel de se colocar no cenário das lutas de classes como o agente desse “novo senso comum”, dessa vontade coletiva transformadora, através do exercício de uma mediação de tipo político-cultural que forneça os elementos teóricos e organizativos para a elevação cultural das massas subalternizadas, de modo a agregá-las em torno de uma consciência de classe revolucionária. É necessário que o partido político se empenhe num trabalho educativo, intelectual, que possibilite que as classes dominadas compreendam as relações e conflitos políticos de sua classe por uma perspectiva da totalidade, que possa revelar as contradições que o enredam numa história de exploração e opressão de classe, e que se desdobre na organização de um consenso como fundamento de uma práxis revolucionária. As classes trabalhadoras devem encontrar no partido o guia para o trabalho teórico e prático de superação do caráter espontaneísta e “econômico-corporativo” das lutas de classes. Para Gramsci, o partido deve mobilizar sua capacidade dirigente e organizativa junto às classes subalternas para a fundação de um movimento de lutas teoricamente orientadas, alicerçadas no conhecimento crítico da realidade. O partido enquanto intelectual coletivo, como um organismo social composto por intelectuais, deve encaminhar um trabalho de educação para o consenso, para a construção de uma vontade coletiva dirigida ao processo de transformação revolucionária da sociedade, a partir da organização de uma nova hegemonia, que agregue o conjunto das classes subalternas como suas forças motrizes.

Em Gramsci, a construção de uma teoria da hegemonia ancora o desenvolvimento de um conjunto de reflexões acerca dos intelectuais e do partido político. Essa estrutura de seu pensamento ganha perenidade desde a juventude e ocupa um lugar muito importante na sistematização da teoria política que desenvolve no período do cárcere. A práxis revolucionária desse teórico e dirigente político deu bases à inovação do pensamento político marxista com suas elaborações sobre hegemonia, e logo, sobre o Estado, o partido e os intelectuais. De seus escritos despontam mais do que afirmação do materialismo histórico como teoria e método para interpretação da realidade, como fundamento de sua transformação, mas revelam, sobretudo, a importância de se pensar no partido político como sujeito ativo desse processo, num trabalho que é teórico e prático. A produção intelectual de Gramsci no período pré-carcerário são documentos históricos que revelam a importância dessa unidade para a organização política dos trabalhadores, para a

compreensão de suas lutas e para a elaboração teórico-prática do processo revolucionário. Por mais que se tenha dito que esses escritos deveriam morrer ao fim do dia, os textos da juventude de Gramsci emanam de sua experiência concreta, constituindo a materialização da práxis de um dirigente político, um teórico que está anunciando com a sua vida, com a sua prática política e com seu trabalho intelectual, a importância de se pensar e agir na direção de uma práxis política emancipatória para as classes trabalhadoras.

Referências

- BARATTA, Giorgio. **Antonio Gramsci em contraponto: diálogos com o presente**. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.
- BEIRED, José Luis Bendicho. **A função social dos intelectuais**. In: AGGIO, Alberto (org.). **Gramsci: a vitalidade de um pensamento**. São Paulo: Fundação Ed. UNESP, 1998.
- CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. Campinas, SP: Papirus, 1988.
- CERRONI, Umberto. **Teoria do partido político**. Editora Riuniti: Roma, 1982.
- CHÂTELET, François. **História das ideias políticas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- ENGELS, Friedrich. **Prefácio à edição alemã de 1890**. In: MARX, Karl. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- FONTES, Virginia. **O manifesto comunista e o pensamento histórico**. In: REIS, Daniel Aarão (org.). **O manifesto comunista 150 anos depois**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.
- FROSINI, Fábio. **Unidade de teoria-prática**. In: LIGUORI, Guido & VOZA, Pasquale. **Dicionário Gramsciano (1926-1937)**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2017.
- _____. **La “filosofia della práxis” nei Quaderni del Carcere di Antonio Gramsci**. Isonomia – Rivista di filosofia, 2002.
- GIDDENS, Anthony. **Capitalismo e moderna teoria social**. Lisboa: Ed. Presença, 2005.
- GRAMSCI, Antonio. _____. **A questão meridional: 1926**. In: **Escritos Políticos, v.2**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2004.
- _____. **Apontamentos para uma introdução e ao encaminhamento ao estudo da filosofia e da história da cultura**. In: COUTINHO, Carlos. NOGUEIRA, Marco Aurélio e HENRIQUES, Luis Sérgio (org.). **Cadernos do Cárcere, v. 1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- _____. **Às margens da história. (História dos grupos sociais subalternos)**. In: COUTINHO, Carlos. NOGUEIRA, Marco Aurélio e HENRIQUES, Luis Sérgio (org.). **Cadernos do Cárcere, v. 1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.



- GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- IANNI, Octavio. **Introdução**. In: IANNI, Octavio (org.) **Marx**. São Paulo: Ática, 1982.
- KAYE, Harvey. **Los historiadores marxistas británicos: um analisis introductorio**. Universidad de Zaragoza: Prensas universitarias, 1989.
- MARX, Karl. **Introdução à Crítica da filosofia do direito de Hegel**. In: MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010a.
- _____. **Prefácio de Contribuição à crítica da economia política**. In: IANNI, Octavio (org.) **Marx**. São Paulo: Ática, 1982a.
- _____. **Carta a P. V. Annenkov (1846)**. In: IANNI, Octavio (org.) **Marx**. São Paulo: Ática, 1982b.
- _____. **A ideologia alemã**. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.
- MORAES, Denis. **Antonio Gramsci y el periodismo**. Revista Pueblos, (23-06-2014), Bilbao, 2014.
- NETTO, José Paulo. **Introdução**. In: **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia – o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- QUINTANEIRO, Tania. **Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- SÁNCHEZ VÁSQUEZ, Adolfo. **Filosofia da práxis – 2ª Ed.** – Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales – Clacso: São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2011.
- SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.
- SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis**. São Paulo: Ideias e Letras, 2006.
- SIMIONATTO, Ivete. **Classes subalternas, lutas de classes e hegemonia: uma abordagem gramsciana**. In: **Revista Katál**. Florianópolis, v. 12, n.1, 2009.
- VACCA, Giuseppe. **Modernidades Alternativas: o século XX de Gramsci**. Brasília: Fundação Astrogildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.
- _____. **Vida e pensamento de Antonio Gramsci : 1926-1937**. Brasília: Fundação Astrogildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- VIEIRA, OLIVEIRA. **Thompson e Gramsci: história, política e processo de formação**. Educ. Soc. , Campinas, v. 31, n. 111, abril-jun. 2010.

Recebido em: 07/12/2019

Aceito em: 24/04/2020.

Publicado online em: 26/04/2020

